

DA SACRALIDADE DAS ÁGUAS

Titus Burckhardt

O fato de que a ciência moderna, embora dispondo de todas as informações das pesquisas, há muito tempo venha descuidando de um dos mais importantes fundamentos de nossa vida e, portanto, de sua própria existência, qual seja, a pureza da água, indica uma unilateralidade de desenvolvimento que, além da água, põe em risco muitos outros elementos, entre eles, e não secundariamente, elementos da alma humana; e, no entanto, não por acaso a própria vida das águas – as quais, em seu equilíbrio natural, sempre restabelecem sua pureza, mas, com a perda desse equilíbrio, vão ao encontro da morte e da decomposição – é uma alegoria da própria vida da alma.

Se se pergunta se alguma outra coisa não poderia preparar os cientistas para perceber o risco de morte das águas, conclui-se que o senso natural da beleza, que nos faz distinguir espontaneamente uma árvore doente de uma sadia, também aqui deveria poder dar um alerta. Que isto nunca ou quase nunca aconteça tem a ver com o fato de que o homem moderno separou completamente não só o “belo” do “útil”, mas também o “belo” do “real”. De mais a mais, é difícil dizer se esta maneira de pensar, que por vezes se assemelha a uma cisão na consciência, é a causa ou a consequência de um estado das coisas que, por um lado, impele o homem a destruir de forma metódica e numa ampla frente o equilíbrio

natural das coisas e, por outro lado, o leva a periodicamente escapar do mundo artificial que ele desta forma produz.

Nunca antes houve tais colossais agrupamentos de construções de pedra, cimento e ferro, e nunca aconteceu que os habitantes das cidades, periodicamente e em grandes contingentes, deixassem suas moradias para em algum lugar das montanhas ou junto ao mar reencontrar a natureza que eles pouco a pouco eliminaram. Não é verdade que as pessoas o façam somente para preservar sua saúde. Muitos, se não todos, buscam ao mesmo tempo o descanso da alma que só lhes pode oferecer um ambiente cuja condição de inexplorado e harmonioso ainda preservou aquela beleza que acalma a alma e liberta a mente da pressão dos pensamentos calculistas. Esses mesmos homens, porém, que, em seus dias de lazer, consciente ou inconscientemente, procuram essa beleza, podem facilmente tachá-la de superfluamente “romântica” tão logo ela de alguma maneira atrapalhe seus interesses. Neste caso, o bom ou mau propósito de cada um não faz diferença; cada indivíduo depende de alguma pressão de forças econômicas, e é habitualmente uma inconsciente legítima defesa quando ele esquece os efeitos destruidores de um certo desenvolvimento. Numa perspectiva mais ampla, contudo, tal atitude é catastrófica.

A beleza revela sempre um equilíbrio de forças interior e rico, o qual sempre impressiona profundamente nossa alma, porque não se deixa nunca calcular ou produzir mecanicamente. O senso da beleza pode, desta forma, nos levar a pressentir certas conexões antes que as apreendamos perfeitamente com nossa análise racional, e nisto reside, entre outras coisas, uma proteção para nossa própria estabilidade corporal e anímica, proteção essa que o homem não despreza impunemente.

A isto pode-se talvez objetar que o homem desde sempre distinguiu entre o útil e o belo; um bosque pequeno preservado foi sempre um luxo, e uma floresta, habitualmente, foi algo a ser explorado. Faz parte

mesmo do avanço da cultura moderna o querer proteger um pedaço de natureza, como uma obra de arte, por razões estéticas.

Mas havia também, em tempos antigos, bosques sagrados, que nenhum machado podia ferir. Eles não serviam nem a propósitos utilitários no sentido comum do termo, nem ao prazer. A beleza e a realidade – duas características que o homem moderno costuma espontaneamente separar – estavam, e estão, para os homens de mentalidade não-europeia moderna, unidas no conceito do sagrado. Ainda hoje há bosques sagrados no Japão e na Índia; houve-os na Europa pré-cristã; nós os citamos aqui como apenas um exemplo de natureza sagrada, pois há também montanhas que são sagradas, e sobretudo – o que a nós, neste ensaio, toca de perto – fontes, rios e lagos sagrados. Até mesmo dentro da Cristandade, que em geral evita a veneração de quaisquer fenômenos da natureza, houve e ainda há fontes e lagos – como o poço de Chartres e a fonte de Lourdes – que, por meio de sua associação com acontecimentos miraculosos, são santificados. O importante, aqui, não é que esta ou aquela montanha ou uma determinada fonte seja considerada sagrada e, portanto, inviolável; cada um destes fenômenos particulares tem sempre o valor de um exemplo para toda uma ordem de coisas aparentadas, para todo um domínio da natureza que, na perspectiva de uma sociedade humana maior ou menor, tem importância vital e ao mesmo tempo expressa uma realidade superior, sobre-humana: assim, o bosque foi para os antigos germanos um fundamento imprescindível de sua própria vida, ao mesmo tempo em que era para eles como um templo, um local da Presença divina. Todo bosque tinha essa qualidade, e, neste sentido, cada um era também inviolável; como, contudo, os bosques também tinham de ser explorados, havia pequenos bosques que serviam como recordação da inviolabilidade fundamental e espiritual do bosque enquanto tal.

Semelhante é a sacralidade da vaca para os hindus: de fato, para eles toda vida é sagrada, ou seja, inviolável e simbólica, visto que, segundo sua doutrina, toda consciência participa do Espírito divino; contudo,

como é impossível evitar sempre e em toda parte a morte de seres vivos, a lei da inviolabilidade foi na prática limitada a algumas espécies animais exemplares, entre as quais a vaca, como corporificação da Misericórdia e Maternidade cósmicas, assume uma posição particular: na medida em que evita matar vacas, o hindu venera fundamentalmente todos os seres vivos e, da mesma forma, protege um dos fundamentos de sua cultura, há milênios baseada no cultivo do solo e na criação de vacas. Assim, também as fontes sagradas, que a Idade Média cristã conhecia em muitos lugares, lembravam principalmente a sacralidade da água; ela recordavam que a água é uma imagem da Graça, como também se depreende do simbolismo do batismo. O sagrado é o objeto de veneração e de temor; ele é a imagem de algo eterno e, portanto, inviolável, e a inviolabilidade de que ele se beneficia é um reflexo disso.

Conforme a fé a que um povo pertence, e de acordo com sua herança anímica, há outras coisas, naturais ou artificiais, que ele considera sagradas. Os quatro elementos – o ar, o fogo, a água e a terra –, que se oferecem aos nossos sentidos como as formas mais simples de manifestação de toda a matéria, são em quase toda parte – com exceção do mundo moderno e racionalista – marcados com a qualidade do sagrado; assim, a terra é ilimitada, o ar, inapreensível, e o fogo, por si mesmo imaculável; só a água é vulnerável e, por isso, objeto de especial proteção.

Resumindo: para as culturas não-modernas há realidades que superam e rompem o plano da mera utilidade. Estas realidades são em si de uma natureza puramente espiritual ou divina. Elas se espelham, contudo, em certos fenômenos sensíveis, os quais, assim, podem se tornar objeto de temor reverencial. Elas, portanto, são excluídas do alcance destruidor dos homens, e isso inteiramente ou em parte, sob a forma de exemplos. Tal atitude é, naturalmente, muito diferente da percepção estética que pode nos levar a, desafiando todas as considerações utilitárias, respeitar e proteger um fenômeno natural; mas a percepção da beleza está contida na veneração do sagrado; pois o verdadeiramente belo é o que contém

em si uma riqueza incriada de possibilidades harmoniosamente unidas; o mesmo se aplica ao sagrado e, no final das contas, também a todos os fenômenos ou elementos que pertencem aos fundamentos da vida, de modo que o temor diante do sagrado serve também, mais ou menos diretamente e num sentido nem sempre previsível, à preservação da vida.

Neste ponto, são necessárias algumas observações sobre os elementos: naturalmente, eles nada têm a ver com o que hoje assim se denomina na química, mas, ao contrário, representam, como já dissemos, a forma mais simples em que a matéria “de que nosso mundo é feito” se manifesta a nossos cinco sentidos: as formas sólida, líquida, aérea e ígnea. É verdade que há outros líquidos além da água, mas nenhum deles tem para nós o mesmo aspecto de pureza, e nenhum exerce um papel tão importante para a preservação da vida. Da mesma forma, há também outros corpos gasosos além do ar, mas nenhum deles pode ser respirado.

Considerados cosmicamente, os quatro elementos são as formas mais simples da matéria. De um ponto de vista interior, contudo, eles são também as imagens mais simples de nossa alma, a qual é em si inapreensível, mas cujas características fundamentais podem ser comparadas aos quatro elementos. Era isso que tinha em mente São Francisco de Assis ao louvar os elementos em seu famoso “Cântico do Sol”. Da água, disse ele: “Louvado sejas, meu Senhor, por nossa irmã água, que é muito útil, humilde, preciosa e casta.” Isto soa como uma alegoria puramente poética, mas refere-se a muito mais: a humildade e a castidade descrevem bem a característica da água, que em cursos d’água assume todas as formas, sem com isso perder sua pureza. Há aí, contudo, também uma imagem da alma, que possui a faculdade de receber todas as impressões e seguir todas as coisas, e mesmo assim permanecer fiel a sua própria essência. “A alma se assemelha à água”, disse Goethe, e com isto apenas retomou uma imagem que é frequentemente mencionada nas Escrituras Sagradas do Oriente

Próximo e do Extremo-Oriente; a alma se assemelha à água, assim como o Espírito se assemelha ao vento ou ao ar.

Levar-nos-ia muito longe citar todos os mitos e costumes em que a água aparece como imagem e contrapartida da alma. Talvez a consciência disso, de que a alma se reencontra na contemplação da água, de que ela experimenta, no movimento natural desta, uma nova vida – em sua tranquilidade, refrigério, e em sua clareza, purificação – em parte alguma se difunda tanto quanto entre os japoneses. Toda a vida japonesa, na medida em que ainda é moldada pela Tradição, é penetrada por um senso da pureza e da suave simplicidade que tem na água seu modelo.

O japonês vai em peregrinação às famosas quedas d'água de sua terra ou contempla horas a fio a tranquilizante superfície lisa das águas do tanque de um templo. É característica a história, frequentemente representada por pintores japoneses, do sábio chinês Hsuyu, a quem foi trazida a mensagem de que o Imperador lhe queria dar seu reino: ele fugiu para as montanhas e lavou os ouvidos numa cascata. O pintor Harunobu o representou alegoricamente sob a figura de uma jovem nobre que na solidão das montanhas lava o ouvido numa cascata que cai verticalmente.

Para o hindu, a água da vida se corporifica no Ganges, o qual, brotando dos Himalaias, as montanhas dos Deuses, fertiliza as mais amplas e mais populosas planícies da Índia. Sua água é considerada completamente pura, e, de fato, devido à areia fina que carrega consigo, ela permanece protegida contra toda decomposição. Todo aquele que, arrependido, nele se submerge, é libertado de todos os seus pecados: a purificação interna tem seu suporte na purificação exterior por meio da água do rio sagrado, que, por assim dizer, brota do Céu, pois sua origem nos gelos eternos do “teto do mundo” é como uma imagem da origem celeste de toda graça, a qual, como “água viva”, brota da Paz intemporal e imutável. Aqui, como em ritos semelhantes de outras religiões e

povos, a correspondência entre a água e a alma os ajuda a se purificarem a si mesmos ou, melhor dito, a reencontrarem sua própria essência em si pura, no que o símbolo prepara a graça.

A água se assemelha à alma. Sob um aspecto diferente, mas a este relacionado, a água significa a substância primordial de todo o mundo. Pois, assim como ela traz em si, como puras possibilidades, todas as formas que assumem a fluidez ou podem ser vertidas num molde, assim também a substância primordial contém todas as formas do mundo indiferenciadamente.

Quando, na Bíblia, no relato da Criação, se diz que, no Princípio, antes da criação da Terra, o Espírito de Deus pairava sobre as águas, ou quando os livros sagrados dos hindus contam que todos os habitantes deste mundo emergiram do Mar Primordial, não se refere, nestes mitos, à água no sentido habitual do termo, e contudo a imagem que é assim despertada em nós está à sua maneira correta, e é tão acurada quanto pode sê-lo na imaginação, pois nada manifesta melhor a Unidade indiferenciada e ao mesmo tempo passiva da Substância primordial.

O mito da Criação de todas as coisas a partir do Mar Primordial encontra seu eco nas palavras alcorânicas: “Nós criamos cada coisa viva a partir da água”. A alegoria bíblica do Espírito divino pairando sobre as águas tem sua contrapartida no símbolo hindu do cisne divino Hamsa, o qual, nadando no Mar primordial, choca o Ovo dourado do mundo. As duas ideias alegóricas reaparecem no Alcorão, onde se diz que, no Princípio, o Trono de Deus estava sobre a água.

Como um Trono de Deus que se ergue sobre a água da substância primordial ou das Possibilidades primordiais, também o cálice aberto da flor de lótus pode ser considerado como um assento de deuses indianos. Este símbolo passou da mitologia e da arte hindus para as budistas, e ele nos leva de volta da ideia da água como Substância primordial do mundo para a ideia da água como imagem da alma: o

trono de lótus do *Buddha* ou *Bodhisattva* ergue-se das águas da alma assim como o espírito, iluminado pelo conhecimento, liberta-se da existência passiva. Aqui, a água representa algo que deve ser superado, a que, contudo, é intrínseco um bem, pois nele se enraiza a flor cujo cálice porta a “joia preciosa” da *Bodhi*, do Espírito divino. O *Buddha*, a “Joia no Lótus”, é ele próprio este Espírito.

Isto basta como panorama dos significados que a água pode ter como símbolo; poderiam ser mencionados muitos ou mesmo ilimitados outros exemplos deste tipo, mas nosso objetivo aqui é mostrar que em todas as culturas que nós – num sentido de nenhum modo negativo – poderíamos descrever como prerracionalistas a água tem um significado maior do que meramente físico ou biológico, de modo que as realidades espirituais de cujo símbolo se trata nunca se associam a ele arbitrariamente, mas são deduzidas de seu ser de uma forma completamente lógica e ao mesmo tempo direta. A consideração contemplativa da natureza que através dos fenômenos essenciais e constantes percebe-lhes o modelo ou causa intemporal não é algo puramente sentimental e independente do lugar e do momento, mesmo havendo um mundo intelectual como o moderno, onde esse tipo de contemplação parece totalmente excluído: dizemos “parece” porque uma tal visão das coisas está por demais ancorada na natureza humana para poder desaparecer totalmente. Ela continua a operar no subconsciente, e não seria difícil mostrar como aquela relação misteriosa que é própria da água como algo sagrado, ou seja, como imagem ou manifestação contingente de uma realidade anímica ou cósmica em geral, perdura no domínio das artes, na pintura e na poesia. Afinal, quem jamais sentiu diante de um lago puro da montanha ou de uma fonte que brota da pedra um pouco do temor ou da reverência que estão ligados a tudo o que é sagrado? E, dado que as coisas sejam assim, não é tanto mais surpreendente que tantos homens tenham testemunhado de forma negligente a cada vez maior contaminação e destruição de nossos rios e lagos? Isso só se pode esclarecer se se pensar que a maioria dos homens, por meio de “racionalizações”, abafa os

sentimentos que eles à visão da natureza violada e degradada deveriam ter, que tudo o que é belo, mesmo o que tem uma beleza primordial, é subordinado à explicação econômica e, se necessário, a ela sacrificado. O quão esta atitude tem um horizonte curto tem-nos mostrado agora o exemplo da morte das águas. Os povos de tempos antigos sabiam melhor do que nós que o homem não destroi o equilíbrio da natureza impunemente. As visões científicas que temos a mais do que deles estão longe de bastar para nos proteger de todas as reações contrárias de uma natureza violada; e, mesmo que pudéssemos nos garantir contra todas as respostas negativas do meio-ambiente físico, ainda não teríamos nenhuma garantia de que o mundo anímico não se vingaria em nós. Basta olhar para a Ásia e a África, onde hoje em quase toda parte o equilíbrio anímico de antigas culturas foi arruinado e sua própria existência posta em questão, para pressentir que se pode chegar a uma corrupção da “água viva” em relação à qual a ameaça às nossas águas parece algo inofensivo.

Para finalizar estas considerações e para mostrar que mesmo na Europa moderna ainda há águas sagradas, mencionemos aqui o chamado Lough Derg, um lago no condado mais ao norte da Irlanda, o Donegal. No lago há uma ilha que tem uma série de santuários que remontam à Idade Média e também uma caverna, que representa a entrada para mundo inferior. Ela é chamada de “Purgatório de São Patrício”, pois aqui este santo, apóstolo da Irlanda, tornou visível aos pagãos o Inferno e o Purgatório. Desde os primórdios da Idade Média a ilha é objeto de uma peregrinação, que está associada a regras estritas. Os peregrinos, que são levados à ilha num barco, devem pisar nela em jejum e descalços e ali, durante três dias, realizar certos exercícios espirituais, que acima de tudo consistem em, ajoelhados sobre a rocha, rezar diante de diversas cruzes que foram erguidas em honra dos mais importantes santos da Irlanda. A cada vez que um peregrino termina sua devoção nestas “estações”, separadas como as contas de um rosário, ele se dirige a um rochedo que surge da água um tanto afastado da margem e ali, após algumas orações, recita em voz alta o Credo, olhando por sobre a

superfície do lago. Pessoas que assistiram a essa peregrinação atestam que estes momentos de solidão, contemplando o lago sereno cercado de colinas não habitadas, tornaram acessível ao seu coração algo que não se pode descrever.

(Título original: *Von der Heiligkeit des Wassers*.
Tradução de Alberto Queiroz.)